



José Gabriel Ávila\*  
jgazores@gmail.com

# Só a Justiça elimina a pobreza

*“Somos um dos países com mais baixos índices de bem-estar da UE e com elevados níveis de pobreza, porque a sociedade em que vivemos é injusta e não trata todos por igual. É fundamental viver com dignidade, para que nos orgulhemos da terra em que nascemos e do trabalho que executamos”.*

Nos últimos dias foi notícia um estudo realizado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS), segundo o qual cerca de 1/5 dos portugueses, em 2018, encontravam-se em risco de pobreza.

O tema é demasiado sério para ser noticiado apenas nas parangonas dos jornais, como se um produto de consumo se tratasse. A pobreza é uma injustiça institucionalizada, “alimentada por visões antropológicas redutoras e por um modelo económico fundado no lucro, que não hesita em explorar, descartar e até matar o homem.”<sup>1</sup>

O resultado desta estrutural, persistente e incurável doença que ameaça os fundamentos do regime democrático e da dita sociedade livre, é que “em 2018, cerca 11 % de todas as pessoas empregadas em Portugal viviam em situação de pobreza, o que corresponde a praticamente um terço das pessoas pobres com 18 anos ou mais” e que “quase metade dos desempregados viviam numa situação de pobreza.» E o estudo acrescenta: “Identificam-se quatro perfis principais de pessoas em situação de pobreza em Portugal: Reformados, Precários, Desempregados e Trabalhadores. O conjunto mais numeroso é o dos Trabalhadores e o menos numeroso o dos Desempregados.”<sup>2</sup>

Nas sociedades rurais e tradicionais, fruto da catequese cristã do “comerás o pão com o suor do teu rosto”(Gen.1) e “se alguém não quiser trabalhar também não coma” (Tes 4,11), ao fazer-se a apologia da dignidade do trabalho humano como contributo para a criatividade e a realização individual e coletiva, não se pregou, simultaneamente, a justiça salarial e a equidade social, como princípios basilares das sociedades, promotores da dignidade e dos direitos humanos.

Ainda hoje, pese embora ter passado mais de um século sobre a chamada “Questão Social” há um silêncio cúmplice sobre a divulgação das encíclicas sociais e sobre a chamada Doutrina Social da Igreja que desde a “Rerum Novarum”, de Leão XIII, até à “Fratelli Tutti” do Papa Francisco, constituem um contributo importantíssimo para a análise dos problemas sociais com que a sociedade se vem confrontando.

Tivessem a hierarquia católica (bispos e padres) e os leigos, a coragem de ler, explicar e denunciar as situações de injustiça que se propagam pelo mundo, e teríamos uma sociedade mais humana e justa, e a pobreza estaria reduzida a franjas sociais ou a periferias de pequena dimensão.

Porque houve receios de afrontar, denunciar e refletir sobre os problemas sociais é que hoje em dia, considera o Papa: “Enquanto uma parte da humanidade vive na opulência, outra parte vê a própria dignidade não reconhecida, desprezada ou espezinhada e os seus direitos fundamentais ignorados ou violados». (FT, 12) É por isso que: “Aumentam as distâncias entre nós, e a dura e lenta marcha rumo a um mundo unido e mais justo sofre um novo e drástico revés. (FT,16)

“Esta luta, diz o Pontífice, requer coragem e determinação. Significa opor-se ativamente à pobreza, à desigualdade, à falta de trabalho, de terra, de habi-



tação, de direitos sociais e laborais.”

Francisco, que propôs à Igreja uma reflexão sobre os direitos humanos durante o mês em curso, lamenta que eles “não são iguais para todos, pois há pessoas de primeira, de segunda, de terceira classe e pessoas descartadas”. E acrescenta: “Cada ser humano tem direito a desenvolver-se integralmente, e esse direito básico não pode ser negado por nenhum país.”

## “partilhar não é comunismo”

O Papa ciente da mentalidade reinante na Igreja sentiu necessidade de esclarecer os fiéis, de que ajudar e partilhar “não é comunismo, é cristianismo na sua forma mais pura”.

Nada disto seria necessário se a justiça fosse a norma principal sobre a qual assentassem as relações laborais e a sua convivência entre os povos e cidadãos.

Infelizmente, a globalização aproxima os povos, mas não promove os direitos humanos neste mundo massificado. “Privilegia os interesses individuais e debilita a dimensão comunitária da existência. Em contrapartida, aumentam os mercados, onde as pessoas desempenham funções de consumidores ou de espetadores, (...) favorece normalmente a identidade dos mais fortes que se protegem a si mesmos, mas procura dissolver as identidades das regiões mais frágeis e pobres, tornando-as mais vulneráveis e dependentes. (FT, 9)

A lógica neoliberal impera e os responsáveis do

poder político e das nações são constringidos a analisarem em profundidade as consequências do sistema económico vigente e de, corajosamente, o tentarem mudar. Se isso não acontecer, o tão falado fosso entre ricos e pobres será ainda mais profundo e jamais haverá forma de inverter a escalada.

Acresce a isto a “obsessão por reduzir os custos laborais sem se dar conta das graves consequências que provoca, pois o desemprego daí resultante tem como efeito direto alargar as fronteiras da pobreza.” (FT,20)

E não se diga que a solução do problema passa sobretudo pela educação e pela formação profissional. É conhecido o elevado número de trabalhadores licenciados que trabalham em “call-centers” ou em outros serviços em situação precária, recebendo o salário mínimo, e de tantos trabalhadores da construção civil desempenhando funções com responsabilidade diferenciadas, a troco da retribuição mínima. Vir apregoar-se que falta mão de obra com formação profissional é desculpa de mau pagador...

O estudo da FFMS reconhece como causas estruturais da pobreza, entre outras: “as questões da precariedade, da informalidade, dos baixos salários e da zona intermédia entre emprego e desemprego.” (FFMS,p.65)

É preciso dizer com todas as letras e sem receio de ser conotado com a direita ou a esquerda que, em Portugal e nos Açores, os salários da maioria dos trabalhadores são muito baixos. São miseráveis. Que o salário mínimo sobre o qual são estabelecidas as tabelas salariais e os contratos de trabalho, não responde às necessidades mínimas de vida das famílias mais pobres (alimentação, vestuário, despesas de habitação, educação, assistência na doença) e que esta injustiça institucionalizada e impune, desemboca na subsidiação da segurança social, que alguns político pretendem abolir.

Este é um tema sério, atual, porque fere os direitos humanos de milhares e milhares de pessoas.

Como é habitual dizer-se, se os governantes não põem mão nisto, corre-se o risco de construir uma sociedade doente, porque injusta e discriminatória de seres humanos iguais em direitos e deveres.

Somos um dos países com mais baixos índices de bem-estar da UE e com elevados níveis de pobreza, porque a sociedade em que vivemos é injusta e não trata todos por igual. É fundamental viver com dignidade, para que nos orgulhemos da terra em que nascemos e do trabalho que executamos.

E na denúncia da injustiça a Igreja Católica, tem responsabilidades acrescidas.

\*jornalista c.p. 239 A  
<http://escritemdia.blogspot.com>

<sup>1</sup> Papa Francisco, “Fratelli Tutti”, nº 22

<sup>2</sup> Diogo, Fernando, coord. “Fases da pobreza em Portugal”, FFMS, 2021